

Chuvas na América Central

Pelo menos seis pessoas morreram em El Salvador e na Guatemala devido às fortes chuvas que atingem a América Central desde sábado, informaram ontem autoridades de ambos os países, que também relatam milhares de afetados por inundações e deslizamentos de terra.

Painéis instalados por erro

O presidente do Chile, Gabriel Boric, exigiu ontem que a Argentina retire “o mais breve possível” painéis solares para fornecimento de energia a uma base militar – inaugurada no final de abril – que foram instalados “por engano” no lado chileno da fronteira.

Mundo

Natureza. Texto impõe ações de restauração de ecossistemas até 2030

Países da UE adotam lei para recuperação do meio ambiente

Legislação é uma peça-chave do ambicioso Pacto Verde do bloco

■ BRUXELAS, BÉLGICA. Os países que integram a União Europeia (UE) deram ontem a autorização final para a adoção de uma regulamentação sobre a recuperação de ecossistemas afetados. A Lei de Restauração da Natureza tem como objetivo interromper a deterioração da biodiversidade e recuperar biomas impactados pela ação humana – embora o plano original tenha sido diluído em uma amarga batalha política.

De acordo com a UE, 80% dos habitat naturais no bloco estão em estado de conservação considerado “ruim ou medíocre”, e até 70% dos solos se encontram em mau estado de conservação. O texto exige que os países-membros estabeleçam medidas de restauração até 2030 em 20% das áreas terrestres e marinhas. O bloco tem até 2050 para cobrir todas as áreas que exigirem recuperação.

A lei oferece flexibilidade aos países cuja maior parte de seu território é coberta por um único tipo de ecossistema, como os países escandinavos. Essas nações deverão tomar medidas destinadas a alcançar “tendências crescentes”, até o final de 2030, para dois dos três



Devastação. Nos últimos anos, Europa tem sofrido com incêndios devastadores de áreas verdes

indicadores, e metas populacionais para aves comuns nas zonas rurais.

A norma determina que 30% das zonas úmidas drenadas utilizadas na agricultura devem ser restauradas até 2030, para atingir 40% em 2040 e 50% em 2050. O objetivo da medida é reativar os sumidouros naturais de carbono, que captam e absorvem essa substância. Contudo, os países mais afetados serão beneficiados pela flexibilidade, e a reposição de água continuará sendo opcional para agricultores e proprietários privados.

Os países serão forçados a manter inalterados os seus espaços verdes e arborizados nas cidades. Os Estados também deverão adotar medidas que permitam o desen-

volvimento de vários indicadores florestais, com o objetivo de plantar pelo menos 3 bilhões de árvores até 2030.

NEGOCIAÇÃO. Essa legislação é uma peça-chave do ambicioso Pacto Verde da UE e foi resultado de uma longa e complexa negociação no Parlamento Europeu. Em sua convenção inicial, os eurodeputados eliminaram o artigo relativo às terras agrícolas – que posteriormente foi restabelecido, ainda que de forma simplificada. A meta proposta pela União Europeia de expandir as zonas de “alta diversidade” para 10% das terras agrícolas do bloco foi rejeitada pela oposição dos eurodeputados de direita, que a viam como uma ameaça à segurança alimentar.

Debate sobre altos cargos

■ BRUXELAS, BÉLGICA. Os líderes da União Europeia (UE) participaram de um jantar em Bruxelas ontem para discutir os chamados “top jobs”, os altos cargos das instituições do bloco, em particular na Comissão e no Conselho europeus.

Esse é o primeiro encontro presencial dos governantes da UE após as últimas eleições, marcadas por um forte avanço dos partidos de extrema direita. A atual presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, é aspirante a um novo mandato de cinco anos e a favorita para continuar à frente do Executivo do bloco.

Israel

Netanyahu fecha pasta de guerra contra Hamas

■ JERUSALÉM, ISRAEL. Um funcionário de alto escalão do governo confirmou ontem a dissolução do gabinete de guerra de Israel, criado após os ataques de 7 de outubro do Hamas. A decisão acontece após a renúncia, na semana passada, do general Benny Gantz, que chefiava a pasta, e a insatisfação do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, em relação à “pausa humanitária” nos combates na Faixa de Gaza anunciada ontem pelo Exército do país.

A fonte do governo, que pediu anonimato, destacou que o gabinete de segurança tomará as “decisões sobre as questões relacionadas com a guerra”. A pasta, que inclui o

ministro da Defesa, Yoav Gallant, o ministro de Assuntos Estratégicos, Ron Dermer, e o conselheiro de Segurança Nacional, Tzachi Hanegbi, é o principal órgão de decisões sobre os temas vinculados à guerra com o Hamas.

As fontes alegaram que a decisão foi meramente administrativa, pois a criação do gabinete de guerra foi estabelecida com a entrada de Gantz, líder do partido União Nacional, e Gadi Eizenkot, do Partido da Resiliência de Israel – que também deixou a pasta na última semana –, na coalizão de governo. “Agora que saíram, não é mais necessário”, acrescentaram as fontes.



Benjamin Netanyahu (esq.) e o ex-ministro de Guerra Benny Gantz

Estratégia

Putin viaja à Coreia do Norte para assinar acordos de apoio

■ MOSCOW, RÚSSIA. O presidente russo, Vladimir Putin, viajará para a Coreia do Norte, hoje, para uma visita de Estado “amistosa”, anunciou o Kremlin ontem. Americanos e europeus manifestam há meses sua preocupação com a aproximação entre Moscou e Pyongyang, acusando os norte-coreanos de entregar municiões à Rússia para seu

ataque contra a Ucrânia, em troca de assistência tecnológica, diplomática e alimentar.

O assessor diplomático de Vladimir Putin, Yuri Ushakov, apresentou a viagem como um evento importante para ambos os países. “Vários documentos serão assinados”, entre os quais haverá “documentos muito significativos”, disse o assessor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG

Torna público para quem possa interessar, que se fará realizar licitação na modalidade de Concorrência Eletrônica Nº 005/2024 Processo Licitatório nº 019/2024, e consequente contratação, pelo regime **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, objetivando a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica em vias públicas e estradas vicinais do Município De Juramento/MG na forma estabelecida na planilha orçamentária de custo, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, no edital e seus anexos. Data de realização: 14.06.2024 as 09:00 horas (horário de Brasília pelo site PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS – www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações pelo e-mail: juramentolicitacao.mg@gmail.com, ou na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira de 08:00 as 11:30 horas e 13:00 as 17:00 horas. Juramento, 28 de maio de 2024. Robson Correa Barbosa **Agente de Contratação.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024

A Prefeitura Municipal de Igarapé comunica a realização da Concorrência Eletrônica nº 05/2024, relativo ao Processo Administrativo de Compras nº 53/2024, nos moldes da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, com critério de julgamento de Menor Preço. A sessão ocorrerá no dia 10/07/2024 às 09h00min. Objeto: Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para execução das obras de construção do Centro Esportivo e Praça de Lazer do Bairro Fernão Dias, à Rua Teófilo Otoni, s/nº, Bairro Fernão Dias, em Igarapé/MG. O Edital completo está disponível nos sites www.igarape.mg.gov.br, https://licitar.digital/ e ainda, no setor de Licitações, situado no prédio da Prefeitura Municipal de Igarapé/MG, na Avenida Governador Valadares, nº 447, Centro, Igarapé/MG, no horário das 08h00min às 17h00min. Mais informações, telefone: (31) 3534-5357/55. Igarapé/MG, 18 de junho de 2024 **Agente de Contratação**

AVISO DE GREVE

DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL DE MINAS GERAIS

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SITRAEMG, considerando a necessidade de encaminhamento prioritário do plano de carreira, protocolizado no Supremo Tribunal Federal, no dia 14 de dezembro de 2023 e em razão da deliberação da categoria da Assembleia Geral realizada em 29 de maio de 2024, em observância ao artigo 13 da Lei 7.783, de 1989, AVISA a comunidade que os servidores estarão em GREVE NO DIA 20 DE JUNHO DE 2024, mediante paralisação coletiva dos serviços nos órgãos do Poder Judiciário Federal de Minas Gerais, mantidos em funcionamento apenas os serviços justificadamente urgentes e inadiáveis.

Belô Horizonte, 17 de junho de 2024.

Alexandre Magnus Melo Martins - Eliana Leocádia Borges - Fernando Neves de Oliveira **Coordenadores Gerais**



MINAS TÊNIS NÁUTICO CLUBE

CNPJ 17.217.951/0001-10

Balanco Patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de Reais

	Notas	2023	2022		Notas	2023	2022
Ativos				Passivos			
Caixa e equivalentes de caixa	10	139	260	Fornecedores e outras contas a pagar	16	850	768
Outros ativos financeiros	11	9.814	7.550	Obrigações sociais e tributárias	17	1.121	1.116
Contas a receber	12	832	676	Partes relacionadas	13	12	28
Estoques		401	290	Credores diversos		61	53
Partes relacionadas	13	805	769	Total do passivo circulante		2.044	1.965
Pagamentos antecipados		234	163	Provisão para riscos	18	685	542
Total do ativo circulante		12.225	9.708	Total do passivo não circulante		685	542
Depósitos judiciais	14	772	626	Patrimônio líquido			
Total do realizável a longo prazo		772	626	Patrimônio social	19(a)	22.569	21.813
Investimento		1	-	(-) Quotas a integralizar	19(b)	(391)	(369)
Imobilizado	15	59.276	54.339	Reserva de lucros	19(c)	41.476	34.737
Intangível		38	11	Ajustes de avaliação patrimonial	19(d)	5.929	5.996
Total do ativo não circulante		60.087	54.976	Total Patrimônio líquido		69.583	62.177
Total do ativo		72.312	64.684	Total do passivo e do patrimônio líquido		72.312	64.684

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais			
	Notas	2023	2022
Receita líquida	20	23.170	18.010
Custo dos serviços prestados	21	(14.545)	(11.715)
Resultado bruto		8.625	6.295
Despesas gerais e administrativas	22	(3.225)	(2.390)
Despesas de negócios e marketing	23	(168)	(92)
Outras receitas e despesas	24	509	283
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		5.741	4.096
Receitas financeiras		1.353	1.089
Despesas financeiras		(422)	(318)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	25	931	771
Superavit líquido do exercício		6.672	4.867

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais			
	Notas	2023	2022
Superavit do exercício		6.672	4.867
Outros resultados abrangentes			
Realização reserva reavaliação	19(d)	67	66
Resultado abrangente total do exercício		6.739	4.933

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais

	Patrimônio líquido	(-) Quotas a integralizar	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Superavit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2021	21.477	(514)	29.804	6.062	-	56.829
Superavit do exercício	-	-	-	-	4.867	4.867
Venda de quotas	576	(576)	-	-	-	-
Cancelamento de quotas	(240)	-	-	-	(240)	(240)
Recebimento de quotas a integralizar	-	721	-	-	721	721
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(66)	-	66	-
Constituição de reservas	-	-	4.933	-	(4.933)	-
Em 31 de dezembro de 2022	21.813	(369)	34.737	5.996	-	62.177
Superavit do exercício	-	-	-	-	6.672	6.672
Venda de quotas	932	(932)	-	-	-	-
Cancelamento de quotas	(176)	61	-	-	(115)	(115)
Recebimento de quotas a integralizar	-	849	-	-	849	849
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(67)	67	-
Constituição de reservas	-	-	6.739	-	(6.739)	-
Em 31 de dezembro de 2023	22.569	(391)	41.476	5.929	-	69.583

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais			
	Notas	2023	2022
Superavit líquido do exercício		6.672	4.867
Ajustes para:			
Depreciações	15	2.164	1.894
Amortizações		9	11
Provisão para riscos	18	143	382
Despesas financeiras líquidas	25	931	771
Resultado na alienação de ativo imobilizado		11	-
Bens recebidos em doação		-	(28)
Restituição de quotas por cancelamentos		(115)	(240)
		9.815	7.657
Contas a receber		(299)	(329)
Estoques		(111)	(46)
Depósitos judiciais		(146)	299
Partes relacionadas		(52)	(549)
Pagamentos antecipados		(70)	(34)
Varição de ativos circulantes e não circulantes		(678)	(659)
Fornecedores e outras contas a pagar		(6)	(328)
Obrigações sociais e tributárias		5	254
Pagamentos contingências		-	(443)
Credores diversos		8	33
Varição de passivos circulantes e não circulantes		7	(484)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		9.144	6.514
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Outros ativos financeiros		(3.054)	(1.914)
Adições ao ativo imobilizado		(7.043)	(5.174)
Adições ao ativo intangível		(17)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(10.114)	(7.088)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento de quotas a integralizar		849	721
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		849	721
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(121)	147
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		260	113
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	10	139	260

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais			
	Notas	2023	2022
Recursos		23.517	18.496
Contribuições condominiais e outras receitas de sócios		19.354	15.886
Venda de mercadorias	20	3.820	2.172
Receitas de não sócios		295	181
Outras receitas		48	257
Insumos adquiridos de terceiros		(7.362)	(5.241)
Custos dos produtos e das mercadorias vendidos		(1.928)	(1.186)
Energia elétrica, gás, telefonia, água e esgoto		(1.751)	(1.646)
Despesas de manutenção		(318)	(327)
Serviços de terceiros		(2.273)	(1.191)
Outras despesas		(1.092)	(891)
Valor adicionado bruto		(2.173)	(1.905)
Depreciação e amortização		13.982	11.350
Valor adicionado líquido produzido pelo Clube		1.751	1.013
Receitas financeiras	25	1.353	1.089
Outras receitas		398	(76)
Valor adicionado total a distribuir		15.733	12.363
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal		8.374	7.011
Remuneração direta		4.162	3.665
Encargos sociais		1.920	1.618
Benefícios		1.927	1.427
FGTS		365	301
Impostos, taxas e contribuições		265	167
Federais		139	79
Estaduais		109	72
Municipais		17	16
Remuneração de capitais de terceiros	25	422	318
Outros		422	318
Retenção de capitais próprios		6.672	4.867
Superavit retido do exercício		6.672	4.867
Valor adicionado distribuído		15.733	12.363

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 Em Reais (R\$)

1. Contexto operacional

O Minas Tênis Náutico Clube, fundado em 30 de março de 1998, é uma associação civil sem fins econômicos, com número determinado de sócios, constituída por prazo indeterminado, que tem por finalidade proporcionar aos seus associados e dependentes esporte, lazer e educação física e cívico-cultural. A Entidade opera em sua unidade localizada na avenida Princesa Diana, 200, no Bairro Lagoa dos Ingleses, no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais. É de entendimento da administração que os recursos de contribuições condominiais recebidos de sócios, bem como o superávit de suas operações, não estão sujeitos à tributação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e demais impostos sobre o patrimônio e renda, conforme determinado pelo artigo 150, inciso IV, alínea "c", da Constituição Federal e da isenção conferida pela Lei nº 9.532/97, a título de IRPJ (Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) sobre o superávit líquido.

2. Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), inclusive a Interpretação Técnica Geral NBC ITG 2002 R1 aplicável às entidades sem finalidade de lucro. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de abril de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis da Entidade, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: - Nota explicativa 6(f) (g) (k) (l) - teste de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; - Nota explicativa 6(f) (g) e 15 - determinação da vida útil do ativo imobilizado; - Nota explicativa 6(j), 12 e 26(a) - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e Nota explicativa 6(i) e 18 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. (a) Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Entidade tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Seguro saúde: O seguro saúde é oferecido aos funcionários, com a contribuição da maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde é por modalidade e adesão dos colaboradores, extensivo a seus dependentes. A cobertura das despesas é coparticipativa na grande maioria das adesões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Entidade foram de R\$ 273 (R\$ 235 em 31 de dezembro de 2022). Seguro de vida: A Entidade oferece a opção ao empregado de aderir a um seguro de vida com um percentual de 0,47% do seu salário. Em relação ao custo total do seguro para o colaborador, se o mesmo manter vínculo com a associação dos empregados, assume 40% deste, caso contrário, arca com 70%, assumindo a Entidade o restante. Benefícios pós-Emprego: A Entidade não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores. (b) Instrumentos financeiros: i) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros - A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto: (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto, (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Entidade mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Entidade mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Entidade pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Entidade altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. A Entidade classifica seus ativos financeiros em: (i) valor justo por meio do resultado e (ii) custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Com exceção das aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, que são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os demais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Entidade classifica seus passivos financeiros em Custo Amortizado, representado por Fornecedores e Empréstimos e Financiamentos. (iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros - A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Entidade realia transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iii) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (c) Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores de contribuições condominiais no curso normal das atividades da Entidade e, quando aplicáveis, são acrescidos de encargos, multa e juros. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nesta conta estão consideradas as contribuições condominiais em atraso, como também a vencer. Constam também os valores a receber de não sócios referente à locação de espaços. (d) Reconhecimento de receita: A Entidade reconhece a receita quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos serviços que serão transferidos aos sócios. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. (i) Contribuições condominiais: As contribuições condominiais dos sócios são reconhecidas no mês da prestação do serviço. Os recursos são reconhecidos no mês de competência. (ii) Recursos de patrocínio e publicidade: Referem-se aos recursos contratuais oriundos de não sócios, firmados com diversas empresas. São denominados "recursos de patrocínio" os contratos que têm como objeto o patrocínio para as equipes esportivas. Na rubrica "recursos de publicidade" estão sendo reconhecidos os contratos de locação de espaço publicitário. (iii) Demais atividades operacionais: Compreende as receitas de locação de espaços e guarderias, são reconhecidas na proporção que os serviços são executados. (e)

Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois - o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas qualificados das compras de materiais. (f) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção e acrescidos de valores de reavaliação, realizadas até o exercício de 2005, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Entidade são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que possam operar de forma adequada. O valor dos itens inclui ainda, os custos de empréstimos capitalizados (durante o período de construção). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A avaliação da vida útil dos ativos é ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados pela Entidade. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Edificações	50
Máquinas e equipamentos	2-10
Móveis e utensílios	2-10
Veículos	3-5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais, líquidos" na demonstração do resultado. (g) Ativos intangíveis: Reconhecimento e Mensuração: Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Direitos de uso de software	5
Projetos de desenvolvimento capitalizados	5

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. (h) Fornecedores: Referem-se às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Entidade, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as obrigações a pagar são apresentadas como passivo não circulante. (i) Patrimônio social: Quando quotas reconhecidas como patrimônio social são recompradas ou ressarcidas à Entidade, o valor da contraprestação paga/compensada, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio social. As quotas recompradas são classificadas como quotas em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as quotas em tesouraria são vendidas ou remittidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio social, e o ganho ou perda resultante da transação é apresentado como reserva de capital. (j) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Entidade compreendem: - receita de juros; - despesa de juros; - descontos obtidos; - despesas bancárias; e - descontos concedidos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: - valor contábil bruto do ativo financeiro; ou - ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando



MINAS TÊNIS NÁUTICO CLUBE

CNPJ 17.217.951/0001-10

contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Entidade está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. c) Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do *fluxo* de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Entidade.

9. Transações que não envolvem caixa

A Entidade realizou aquisições para o ativo imobilizado e encerramento de contingências cíveis não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	2023	2022
Imobilizado	(86)	(128)
Fornecedores	86	128

10. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem os montantes em caixa, contas de depósito bancário e aplicações financeiras e estão assim apresentados em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022:

	2023	2022
Caixa	6	15
Bancos conta movimento	12	41
Aplicações financeiras (a)	121	204
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	139	260

A Entidade, seguindo suas políticas de aplicações de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em instituições financeiras nas quais a administração entende que sejam de primeira linha no Brasil, de acordo com o *rating* divulgado pelas agências. (a) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Fundos de Investimentos que apresentam liquidez imediata, risco insignificante de mudança de valor, sendo considerados, portanto, caixa e equivalentes de caixa. A Entidade possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos tiveram uma remuneração média de 103,23% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2023 e próxima a 96,70% do CDI em 31 de dezembro de 2022. Os Fundos de Investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, de acordo com a política de investimento da Entidade. Os fundos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, pós fixado e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. A Entidade adota a estratégia de aplicar seus recursos financeiros em fundos de investimento e ativos que possuem o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários.

11. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras estão assim apresentadas:

	2023	2022
CDB	9.814	7.550

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas e Fundos de Investimentos, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Entidade, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata, porém não há a expectativa de utilização nas operações da Entidade no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2023, tais aplicações foram remuneradas pela variação do CDI com percentual em torno de 103,25% (98,65% em 31 de dezembro de 2022).

12. Contas a receber

	2023	2022
Sócios (a)	701	548
Outras contas a receber (b)	131	128
	832	676

Refere-se a taxas de condomínio e outros serviços prestados aos sócios cotistas do clube. (b) Contas a receber com terceiros, decorrentes principalmente de alugueis de espaços. A Entidade não apresenta histórico de perda com contas a receber, desta forma não constitui provisão para devedores duvidosos considerando a política interna de crédito descrita na nota explicativa n° 26(a).

13. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas se referem substancialmente a transações entre o Minas Tênis Clube e o Minas Tênis Náutico Clube e foram realizadas em bases e condições negociadas entre as partes.

	2023	2022
Ativo		
Taxa de utilização (i)	782	652
Outros	23	117
	805	769
Passivo		
Serviços Prestados pela Controlada		
Outras contas a pagar	(12)	(28)

Saldo líquido de operações com a Controladora

	2023	2022
	793	741

(i) TAXA DE UTILIZAÇÃO: A taxa de utilização se refere aos valores cobrados dos sócios do Minas Tênis Clube e repassados para a Entidade, a fim de que lhes seja permitida a utilização das instalações do Minas Tênis Náutico Clube. Remuneração dos Administradores: De acordo com art. 58 do Estatuto da Entidade, as funções de Conselheiro, Diretor, membro da Comissão Fiscal e das Comissões Permanentes serão exercidas a título gratuito, não sendo passíveis de remuneração, seja direta ou indiretamente.

14. Depósitos judiciais

A composição depósitos judiciais é demonstrada a seguir:

	2023	2022
INSS (a)	772	626
	772	626

(a) Natureza das ações: A Entidade ingressou com ações ordinárias, distribuídas sob os números 22904-02.2017.4.01.3800/22903-17.2017.4.01.3800/22905-84.2017.4.01.3800, para discutir a não incidência da contribuição previdenciária devida para terceiros que totalizam 3% da folha de pagamento (SEBRAE - 0,3%, INCRÁ - 0,2% e FNDE - salário educação - 2,5%), e 1% da folha a título de RAT. Desde 06/2017 os valores devidos a esse título pela Entidade vêm sendo depositados em juízo. As ações aguardam julgamento em 2ª instância (TRF) e em razão da matéria, com reconhecida repercussão geral, devem ser suspensas até manifestação do STF sobre o tema. Após a manifestação do STF o entendimento do Tribunal Superior será aplicado a todas as ações existentes sobre a matéria. Ainda, segundo o escritório que conduz a ação, a probabilidade de ganho (a Entidade é autora das ações) é possível. Ainda, ingressou com Mandado de Segurança, distribuído sob os números 2010.38.00.006326-8, para discutir a ilegalidade da majoração do SAT/RAT de 1% para 2%. Desde 04/2010 o Clube efetua o pagamento regular de 1% e deposita em juízo também 1%. O MS aguarda julgamento em 2ª instância (TRF) e em razão da matéria constitucional, sendo reconhecida a repercussão geral, deverá ser suspensa até a manifestação do STF sobre o tema. Para os advogados que conduzem a ação, a probabilidade de ganho é provável para o Clube.

15. Imobilizado

A Entidade possui ativos reavaliados em exercícios anteriores, cujos montantes são demonstrados conforme nota explicativa 19(d). A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	2023	2022	Total
Terrenos			
Edifícios			
Máquinas e Equipamentos			
Móveis e utensílios			
Veículos			
Bens em construção			
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2021	6.060	36.756	4.962
Custo	6.060	41.336	7.993
Adição	-	-	1.088
Transferências	-	258	1.759
Em 31 de dezembro de 2022	6.060	41.594	10.840
Depreciação Acumulada	(4.580)	(4.580)	(3.031)
Depreciação do exercício	(800)	(932)	(140)
Em 31 de dezembro de 2022	(5.380)	(3.963)	(1.338)
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2022	6.060	36.214	6.877
Custo	6.060	41.594	10.840
Adição	-	-	1.337
Baixa	-	(133)	(133)
Transferências	-	3.172	2.075
Em 31 de dezembro de 2023	6.060	44.766	14.119
Depreciação Acumulada	(5.380)	(3.963)	(1.338)
Depreciação do exercício	(858)	(1.101)	(182)
Baixa	-	123	123
Em 31 de dezembro de 2023	(6.238)	(4.941)	(1.520)
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2023	6.060	38.528	9.178

16. Fornecedores e outras contas a pagar

A composição do saldo contábil de fornecedores é constituída em sua maioria de prestadores de serviço relacionados às atividades de assessoria, consultoria, manutenção e engenharia. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram os seguintes:

	2023	2022
Serviços em geral	568	468
Imobilizado	86	128
Material de construção	38	46
Bebidas e mercadorias	122	75
Outros	36	51
Total	850	768

17. Obrigações sociais e tributárias

	2023	2022
Provisão para férias e encargos	464	452
Encargos sociais sobre salários	205	216
Rescisões trabalhistas	88	-
Tributos federais a recolher	73	70
Premiações a pagar (i)	291	378
	1.121	1.116

(i) Refere-se à iniciativa do Clube que possibilita a redução de gastos e superação das expectativas dos associados. Incentiva a cada colaborador receber uma gratificação por desempenho, obedecendo as metas globais de satisfação dos associados, meta gerencial de cumprimento de resultados por projeto e meta individual, com o foco em atendimento ao cliente, proatividade/iniciativa e inovação.

18. Provisão para riscos

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, a administração revisou suas estimativas e manteve o valor das provisões existentes em função da avaliação do risco que envolve a perda relacionada a estes processos.

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2021	419	-	183	602
Provisão	127	18	425	570
Reversão	(74)	-	(113)	(187)
Pagamento (i)	-	(18)	(425)	(443)
Em 31 de dezembro 2022	472	-	70	542
Provisão	217	-	-	217
Reversão	(74)	-	-	(74)
Em 31 de dezembro de 2023	615	-	70	685

(i) A Entidade realizou o pagamento de contingência cível, mediante acordo judicial devidamente homologado. O pagamento foi quitado com saldo em conta de depósito judicial, não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e, portanto, não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa. Encontram-se também em andamento, em 31 de dezembro de 2023, ações cujo desfecho é considerável possível, sendo desnecessária uma provisão.

	2023	2022
Tributárias	177	154
Trabalhistas	120	-
Cíveis	-	16
	297	170

19. Patrimônio líquido

(a) Patrimônio Social: A quantidade de quotas que compõem o patrimônio social em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é composta da seguinte forma:

	Quantidade	Quotas
	2023	2022
Quotas do Minas Tênis Clube:		
Quotas inalienáveis do MTC	20.001	20.001
Quotas alienáveis mantidas pelo MTC	545	545
Subtotal de quotas do Minas Tênis Clube	20.546	20.546
Quotas restituídas ao MTNC	3.435	3.435
Quotas de terceiros	4.792	4.710
Total de quotas emitidas	28.773	28.691

Sobre as quotas de propriedade do Minas Tênis Clube não há incidência de taxas de condomínio, nos termos do Estatuto do Minas Tênis Náutico Clube. Aos titulares de quotas do Minas Tênis Clube é assegurado o direito de acesso às instalações do Minas Tênis Náutico Clube, mediante pagamento de taxa mensal de utilização específica. (b) Quotas a integralizar: Conforme estabelecido em seu Estatuto, a Entidade emitirá até 40.000 quotas, sendo 20.001 quotas inalienáveis de titularidade do Minas Tênis Clube. O plano de expansão da Entidade prevê a venda de quotas em condições variadas de parcelamento. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo era de R\$391 mil (R\$369 mil em 2022). Essas quotas apresentam saldo negativo no patrimônio líquido até que sejam totalmente recebidas pela Entidade. (c) Reserva de lucros: A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o art. 55 do estatuto e pela observância da legislação societária que trata do assunto foi dado cumprimento ao estabelecido. O superavit tem sido transferido para a conta de reserva de lucros. (d) Ajustes de avaliação patrimonial: Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 a Entidade, decidiu pela manutenção dos saldos das reavaliações de ativos existentes em 31 de dezembro de 2007. A parcela da reserva de reavaliação referente aos bens, móveis e imóveis, é transferida (realizada) para superavit acumulado na mesma proporção em que os bens são depreciados.

	2023	2022
Saldo inicial	5.996	6.062
Realização da reserva de reavaliação	(67)	(66)
Saldo final	5.929	5.996

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que elas se referem.

20. Receita operacional líquida

	2023	2022
Total dos recursos operacionais	23.396	18.132
Menos:		
Impostos incidentes sobre a receita	(226)	(122)
Total da receita operacional líquida	23.170	18.010

Fluxos de receita: A Entidade gera receita principalmente pela taxa de condomínio e serviços oferecidos exclusivamente aos sócios. Outras fontes de receitas incluem receita de aluguel de espaços, patrocínio e publicidade e valores imateriais relacionados a parcerias. A receita operacional líquida da Entidade está composta da seguinte forma:

	2023	2022
Receita operacional de sócios (a)	23.175	18.058
Receita operacional de não sócios (b)	221	74
Total recursos operacionais	23.396	18.132

(a) Recursos operacionais de sócios

	2023	2022
Condomínio	15.456	13.059
Cursos e academia	3.899	2.827
Restaurante e lanchonete	3.820	2.172
Total recursos operacionais de sócios	23.175	18.058

(b) Recursos operacionais de não sócios

	2023	2022
Taxa de utilização de espaços (i)	221	74
Total recursos operacionais de não sócios	221	74

(i) Locação de espaços: O Clube mantém a locação de espaço para terceiros visando maior comodidade a seus associados oferecendo o acesso a serviços bancários, restaurante e salão de festas em suas dependências.

21. Custo dos serviços prestados

A Entidade definiu como custo apenas os gastos diretamente ou indiretamente atribuíveis à prestação de serviços aos sócios para cumprimento dos seus objetivos conforme estabelecido no art. 2º do seu Estatuto Social. Os gastos foram classificados por função conforme a seguir:

	2023	2022						
	Lazer	Educação	Infra-estrutura	Total	Lazer	Educação	Infra-estrutura	Total
Pessoal	(29)	(1.888)	(5.172)	(7.089)	(20)	(1.578)	(4.278)	(5.876)
Operação	(420)	(45)	(4.784)	(5.249)	(281)	(61)	(3.520)	(3.862)
Administrativas	(1)	(34)	(51)	(86)	(2)	(6)	(44)	(52)
Manutenção	-	(2)	(224)	(226)	(2)	(5)	(237)	(244)
Impostos e taxas	(10)	-	-	(10)	(12)	-	-	(12)
Depreciação e amortização	(57)	(96)	(1.732)	(1.885)	(49)	(75)	(1.545)	(1.669)
Total dos custos	(517)	(2.065)	(11.963)	(14.545)	(366)	(1.725)	(9.624)	(11.715)

22. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 estão assim demonstradas:

	2023	2022
Pessoal	(1.261)	(1.126)
Operação	(1.316)	(660)
Administrativas	(338)	(333)
Manutenção	(4)	(9)
Impostos e taxas	(19)	(27)
Depreciação e amortização	(287)	(235)
Total dos custos	(3.225)	(2.390)

23. Despesas de negócios e marketing

As despesas ocorridas para geração de novos negócios e marketing em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 estão assim demonstradas:

	2023	2022
Pessoal	(25)	(10)
Operação	(53)	(8)
Manutenção	(90)	(74)
Total dos custos	(168)	(92)

24. Outras receitas e despesas

A Entidade obtém outras fontes de receitas que incluem receita de aluguel de espaços, patrocínio e publicidade e valores imateriais relacionados a parcerias.

	2023	2022
Outras receitas	713	676
Publicidade (i)	295	182
Taxa de utilização de espaços	319	233
Ressarcimento de quotas	42	203
Ativo imobilizado recebido em doação	-	28
Venda de ativo imobilizado	57	-
Outras despesas	(204)	(393)
Provisão para riscos	(143)	(382)
Impostos e taxas	(11)	(6)
Outras despesas	(50)	(5)
Outras receitas e despesas	509	283

(i) A receita compreende o valor justo da contraprestação de publicidade a receber em ações desenvolvidas diretamente pela área de marketing. A Entidade reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos fluirão para o Clube.



MINAS TÊNIS NÁUTICO CLUBE

CNPJ 17.217.951/0001-10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Quotistas do Minas Tênis Náutico Clube Nova Lima (MG)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Minas Tênis Náutico Clube ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 27 de março de 2023, sem modificação.

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com

a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos

celicismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015191/0

Cláudia Gomes Pinheiro
Contador CRC-MG089076/O

BEBIDAS JOTA EFE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ Nº 20.393.286/0001-20 - NIRE 31.200.047.065

Assembleia de Sócios Edital de Convocação - VIRTUAL -

Ficam os sócios da sociedade Bebidas Jota Efe Indústria e Comércio Ltda. ("Sociedade") convocados para se reunir em assembleia de sócios, a ser realizada de forma VIRTUAL, em 1ª (primeira) convocação, no dia 25 de junho de 2024, às 14 horas ("Assembleia"). A participação na Assembleia ocorrerá por meio de atuação remota via sistema eletrônico (sistema denominado "Microsoft Teams"), cujo link de acesso deverá ser solicitado através do e-mail antonio@bebidasjotaefe.com.br pelo(s) sócio(s) que tiver(em) interesse em participar, em até 1 (uma) hora antes do início da Assembleia. A presença de todos os sócios será identificada e certificada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa e a Assembleia será devidamente gravada. A Assembleia terá a finalidade de deliberar sobre (i) a alteração de endereço da filial da Sociedade localizada em Lavras/MG; (ii) a extinção da filial da Sociedade localizada em Passos/MG; e (iii) a alteração do Contrato Social da Sociedade, para refletir as deliberações das matérias constantes dos itens "i" e "ii" acima. O sócio que for participar da Assembleia por meio de procurador deverá enviar a procuração, por instrumento público ou por instrumento particular com firma reconhecida, com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data e horário de realização da Assembleia. Os sócios ou seus representantes legais, conforme o caso, deverão apresentar os seus respectivos documentos de identificação e/ou representação na Assembleia. Todos os documentos referentes à ordem do dia encontram-se disponíveis na sede da Sociedade. Ouro Fino/MG, 12 de junho de 2024. Harriman Faria e Antônio Galvão Faria.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO AMPLIADA OESTE PARA GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - CIS-URG OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

O CIS-URG OESTE torna pública a realização da Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2024, Tipo Menor Preço por Lote, cujo objeto é "Contratação de Empresa para o Fornecimento de Mão de Obra para Levantamentos e Diagnósticos, bem como realização de Seminários, Congressos e Treinamento conforme Plano de Trabalho do Convênio nº 954058/2023, firmado pelo CIS-URG OESTE e Ministério da Saúde, com Fornecimento de Infraestrutura e Mão de Obra", Processo Licitatório nº 10/2024. O credenciamento, recebimento das propostas e documentos será no dia 02 de julho de 2024 a partir das 08h. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através do site do Cis-Urg Oeste, www.cisurg.oeste.mg.gov.br ou na Plataforma de Licitações da Licitar Digital, em www.licitardigital.com.br, no site do PNCP do Governo Federal ou por solicitação por email ao licitacao@cisurg.oeste.mg.gov.br ou na sede do Cis-Urg Oeste, Praça Pedro Xisto Gontijo, nº 550 - Centro, Divinópolis/MG, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação. Divinópolis, de 18 de junho de 2024. Dárcio Abud Lemos - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

O CIS-URG OESTE torna pública a realização da Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2024, Tipo Menor Preço, cujo objeto é "Aquisição de Eletrodo Pá Adesiva, Totalmente Compatível com o Aparelho da Marca Instramed LON PRO em Consonância ao Convênio nº 954058/2023, firmado pelo CIS-URG OESTE e Ministério da Saúde", Processo Licitatório nº 80/2024. O credenciamento, recebimento das propostas e documentos será no dia 03 de julho de 2024 a partir das 08h. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através do site do Cis-Urg Oeste, www.cisurg.oeste.mg.gov.br ou na Plataforma de Licitações da Licitar Digital, em www.licitardigital.com.br, no site do PNCP do Governo Federal ou por solicitação por email ao licitacao@cisurg.oeste.mg.gov.br ou na sede do Cis-Urg Oeste, Praça Pedro Xisto Gontijo, nº 550 - Centro, Divinópolis/MG, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação. Divinópolis, de 18 de junho de 2024. Dárcio Abud Lemos - Pregoeiro.

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO - MURIAÉ - MG

Publica o Pregão (forma eletrônica) nº 015/2024 - Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de cartuchos, refis de tinta e toners a serem utilizados em impressoras para atender as necessidades da Autarquia. - Início da sessão de licitação dia 05/07/2024 às 09:00 horas - A licitação será realizada por meio da internet, no endereço eletrônico da Bolsa Nacional de Compras (BNC) - www.bnc.org.br. Edital disponível a partir de 18/06/2024 - informações pelo site www.demsur.com.br ou pelo telefone (32) 3696-3459 - Maria da Consolação Tanus Pampolini Freitas - Diretora Geral do DEMSUR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCEBURGO/MG

AVISO DE CONSULTA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE ARCEBURGO-MG, torna público, que está aberta a CONSULTA PÚBLICA, no período de 30 dias, a contar desta publicação, para conhecimento dos interessados e análises das minutas do EDITAL E SEUS ANEXOS da futura licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, para SELEÇÃO DE EMPRESAS PARA CONCESSÃO COMUM DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO, TRATAMENTO E FORNECIMENTO DE ÁGUA, DA RESERVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ATÉ AS LIGAÇÕES PREDIAIS E SEUS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO E AINDA DA COLETA, AFASTAMENTO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO, INCLUINDO A GESTÃO DO SISTEMA, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, NA ÁREA DE CONCESSÃO DO MUNICÍPIO. Os documentos encontram-se disponíveis no site www.arceburgo.mg.gov.br, ou junto do Departamento Municipal De Licitação, na sede administrativa localizada na Rua Cel. Cândido de Souza Dias, 1033 - Centro, ARCEBURGO - MG, 37820-000. ESCLARECIMENTOS E SUGESTÕES deverão ser encaminhados para o Departamento Municipal De Licitação através do e-mail licitacao.arceburgo@gmail.com, ou ENTREGUES MEDIANTE PROTOCOLO PRESENCIAL. Fica agendada a audiência pública para o dia 03 de julho de 2024, às 13h00min a ser realizada na Câmara Municipal De Arceburgo, localizada à José Bonifácio, 691, Jd. Alto do Cruzeiro Arceburgo/MG.

PROCESSO LICITATÓRIO 0118/2024

CONCORRENCIA Nº 06/2024

MUNICÍPIO DE PITANGUI/MG, torna público do PROCESSO LICITATÓRIO 0118/2024 CONCORRENCIA Nº 06/2024 Objeto Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Pitangui/MG através do convenio nº 955202/2023/CAIXA/MCIDADES. Abertura se dará no dia 02/07/2024 às 09:00 através da plataforma <https://app2.ammicita.org.br/>. O processo poderá ser encontrado na plataforma <https://app2.ammicita.org.br/>. Mais informações pelo telefone 37-99975-0291. Edital encontra-se no site <https://pitangui.mg.gov.br/>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ/MG

Aviso de DATA SESSÃO DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico nº 026/2024 - Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de material gráfico para confecção de formulários padronizados utilizados pelas unidades de saúde pertencentes à SMS. Fica marcada a data de sessão para o dia 02/07/2024 às 08:30 hrs, por meio da internet, no endereço eletrônico da Bolsa Nacional de Compras - BNC. O edital poderá ser obtido no setor de licitação, situado no Centro Administrativo "Pres. Tancredo Neves, Av. Maestro Sansão, 236, 3º andar, Centro, Muriaé - MG e site <https://muriae.mg.gov.br/> - Informações através do telefone (32) 3696.3317

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO - MURIAÉ - MG

Publica o Pregão (forma eletrônica) nº 014/2024 - Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de microempresa - ME, empresa de pequeno porte - EPP ou equiparadas para fornecimento parcelado de material elétrico a ser utilizado na manutenção e em diversas obras realizadas por esta autarquia - Início da sessão de licitação dia 03/07/2024 às 09:00 horas - A licitação será realizada por meio da internet, no endereço eletrônico da Bolsa Nacional de Compras (BNC) - www.bnc.org.br. Edital disponível a partir de 18/06/2024 - informações pelo site www.demsur.com.br ou pelo telefone (32) 3696-3459 - Maria da Consolação Tanus Pampolini Freitas - Diretora Geral do DEMSUR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE/MG

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024 - SRP

O objeto da presente Licitação refere-se ao Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa visando o fornecimento de materiais de informática para os diversos setores da Prefeitura Municipal de Conceição do Rio Verde/MG, tudo na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 2.968/2023, no Decreto Municipal 3.040/23, tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, cuja sessão será realizada no dia 01 de julho de 2024, às 08h00min, pela Plataforma de Licitações Online - Licitar Digital. Informações complementares poderão ser obtidas junto à Plataforma Licitar Digital, no site: <https://licitar.digital/>, junto aos Membros da Equipe de apoio ou no Departamento de Compras e Licitações da Licitadora, com endereço na Praça Prefeito Edward Carneiro, nº 11, Centro, na cidade de Conceição do Rio Verde, Estado de Minas Gerais, CEP 37.430-000. Ver site: www.conceicaoadorioverde.mg.gov.br.

Maura Lúcia Gadbem Gonçalves do Nascimento
Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE/MG

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2024

O objeto da presente Licitação refere-se à Contratação de Empresa para a aquisição de móveis para equipar as unidades de saúde do Município de Conceição do Rio Verde, tudo na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 2.968/2023, no Decreto Municipal 3.040/23, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cuja sessão será realizada no dia 02 de julho de 2024, às 08h00min, pela Plataforma de Licitações Online - Licitar Digital. Informações complementares poderão ser obtidas junto à Plataforma Licitar Digital, no site: <https://licitar.digital/>, junto aos Membros da Equipe de apoio ou no Departamento de Compras e Licitações da Licitadora, com endereço na Praça Prefeito Edward Carneiro, nº 11, Centro, na cidade de Conceição do Rio Verde, Estado de Minas Gerais, CEP 37.430-000. Ver site: www.conceicaoadorioverde.mg.gov.br.

Maura Lúcia Gadbem Gonçalves do Nascimento
Chefe de Gabinete

MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A. (MGS)

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. torna público que realizará Procedimento Licitatório nº 005/2024, nos moldes da Lei Federal nº 13.303/16 - PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS MG Nº 5381006 009/2024 - Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (protetor auricular, luva dupla cor, máscara, touca e conjunto para aplicação de defensivos agrícolas). A abertura da sessão ocorrerá no dia 27/06/2024 às 09h30min no site: www.compras.mg.gov.br. O Edital poderá ser retirado no mesmo site ou no www.mgs.srv.br.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 09/07/2024, às 10:10hs / 2º Público Leilão: 11/07/2024, às 10:10hs
FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrícula JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402 - Estoril - CEP 30494-080 - Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Um terreno com área de 900,00m², sito no Jardim Belvedere, em Águas Santas, Tiradentes/MG, correspondente aos lotes 13 e 14 da quadra 05. OBS: De acordo com a prefeitura municipal de Tiradentes, o imóvel encontra-se na Rua Jose Amaro Vieira, n.200, LT 13 e 14 QD 05, Águas Santas, Tiradentes/MG. Imóvel objeto da Matrícula CNM: 047308.2.0069122-64 trasladada da matrícula nº 69.122 do Registro de Imóveis Comarca de São João Del Rei/MG. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. 1º Leilão: R\$ 1.453.000,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil reais) 2º leilão: R\$ 726.500,00 (setecentos e vinte e seis mil e quinhentos reais). O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Ficam os Fiduciários: JULIO CEZAR ASSUNÇÃO, brasileiro, empresário, nascido em 25/12/1973, RG: M-5814160 SSP/MG, CPF: 722.749.216-87 e REGIANE DALGEM JANONI ASSUNÇÃO, brasileira, empresária, nascida em 01/11/1975, RG: MG-10479748 SSP/MG, CPF: 003.277.846-52, casados entre si sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Nossa Senhora Saúde, nº 200, casa, bairro Águas Santas, Tiradentes/MG, CEP: 36325000, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024

Processo Licitatório nº 142/2024, autuado em 16/05/2024, Pregão Eletrônico nº 054/2024. Objeto: O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação do serviço de Gerenciamento de Manutenção Preventiva e Corretiva de Carros, Caminhões, Ônibus, Máquinas Pesadas e Equipamentos Operacionais, com implantação e operação de sistema tecnológico e informatizado, integrado através de dispositivo denominados TAG's (etiqueta) com tecnologia RFID (Radio-Frequency Identification), e sistema via web com senhas e logins individuais para o controle de pagamento, incluindo materiais, mão de obra, peças e acessórios, serviço de borracharia, fornecimento de pneus, câmaras, válvulas metálicas, tacógrafo e serviço de guincho, através de rede credenciada, para todas as secretarias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, a realizar-se no dia 10/07/2024 às 09h30min. Cópia do Edital à disposição dos interessados nos sites do PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, site da Licitar Digital, site da Prefeitura de Cláudio/MG e também na Av. Presidente Tancredo Neves, nº 152, Centro, nesta cidade, no horário das 08h00 às 17h00min, de segunda a sexta-feira.

Cláudio/MG, 17 de junho de 2024

Fernando do Nascimento Santos

Chefe de Departamento de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2024

Processo Licitatório nº 104/2024, autuado em 12/04/2024. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis, através de sistema informatizado e integrado com utilização de cartão magnético, com disponibilização de rede credenciada de postos para a frota de veículos, máquinas pesadas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Cláudio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. A realizar-se no dia 08/07/2024 às 09h30min. Cópia do Edital à disposição dos interessados nos sites do PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, site da Licitar Digital, site da Prefeitura de Cláudio/MG e também na Av. Presidente Tancredo Neves, nº 152, Centro, nesta cidade, no horário das 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira.

Cláudio/MG, 17 de junho de 2024

Fernando do Nascimento Santos

Chefe de Departamento de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO

CREDENCIAMENTO Nº 04/2024

Processo Licitatório nº 148/2024, autuado em 24/05/2024, Credenciamento nº 04/2024. Objeto: Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de dedetização, desratização e higienização de caixas d'água nas unidades de saúde do Município de Cláudio/MG, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I. A realizar-se no dia 04/07/2024 às 09h30min. Cópia do Edital à disposição dos interessados nos sites do PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, site da Licitar Digital, site da Prefeitura de Cláudio/MG e também na Av. Presidente Tancredo Neves, nº 152, Centro, nesta cidade, no horário das 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira.

Cláudio/MG, 17 de junho de 2024

Fernando do Nascimento Santos

Chefe de Departamento de Administração



Tenha acesso as versões digitais das Publicações Legais dessa edição no QR CODE ao lado. Veja também em nosso site:

www.otempo.com.br/publicidade-legal

COMUNICADO

A exigência de pagamento antecipado de qualquer quantia para recebimento de empréstimos financeiros, carta de crédito de consórcio e venda de veículos automotores, pode ser indicio de golpe contra o consumidor. Antes de fechar negócio, consulte o Procon de sua cidade, o Procon Estadual de Minas Gerais (31) 3335-8552 ou a Delegacia Especializada de Ordem Econômica (31) 3330-1757 e 3330-1798. Delegacia Especializada de Crimes Contra o Consumidor 3275-1887.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS/MG

Pregão Eletrônico SRP nº 039/2024, PRC nº 103/2024, aquisição de material esportivo e troféus, Sessão pública: 02/07/2024 às 08h00min. Site: <http://portaltransparencia.catasaltas.mg.gov.br/licitacoes>, Tel.: 31-3832-7113 / 3832-7583. Catas Altas, 17/06/2024. Saulo Moraes de Castro – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO CREDENCIAMENTO Nº 01/2024

Processo Licitatório nº 091/2024, autuado em 26/03/2024. Credenciamento nº 01/2024. Objeto: Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviço de manutenção preventiva e manutenção corretiva em equipamentos médico-hospitalares, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I. A realizar-se no dia 03/07/2024 às 09h30min. Cópia do Edital à disposição dos interessados nos sites do PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, site da Licitar Digital, site da Prefeitura de Cláudio/MG e também na Av. Presidente Tancredo Neves, nº 152, Centro, nesta cidade, no horário das 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira.

Cláudio/MG, 17 de junho de 2024
Fernando do Nascimento Santos
Chefe de Departamento de Administração

CONCESSÃO DE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

A CAPE - SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 20.822/2024, a Revalidação da Licença Ambiental Simplificada - LAS Classe 0, para a atividade de Prestação de Serviços em Construção, Montagem, Manutenção, Instalação de Equipamentos e Automação de Postos de Abastecimento de Combustíveis, localizada à Rua Transbrasil, nº 597, Bairro Distrito Industrial Jardim Piemont Norte, CEP: 32.689-302, Betim/MG.

A ARQUA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MANGUEIRAS E TERMOPLÁSTICOS LTDA, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi solicitada através do Processo Administrativo nº 5452236137, a Revalidação da Licença Ambiental Simplificada, para a atividade Fabricação e comercialização de mangueiras, tubos, perfis flexíveis e produtos em geral termoplástico e compostos de PVC, localizada Avenida Fausto Ribeiro da Silva, nº 1555, bairro Distrito Industrial Bandeirinhas - Betim/MG.

CÂMARA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS/MG

A CÂMARA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS, torna pública o Aviso de Dispensa eletrônica por limite nº 12/2024, processo autuado nº 23/2024. Data do recebimento das propostas 18 de junho de 2024, horário: de 08:00h, término do recebimento das propostas dia 21 de junho de 2024 até as 08:30. Objeto: O objeto dessa dispensa de licitação por limite de preço - SRP - para aquisição de gasolina comum, para abastecimento dos veículos oficiais, em atendimento a demanda futura e incerta da Câmara Municipal de Catas Altas. Fund. Legal: Lei 14.133/2021. Mais informações pelo telefone: 3832-7565 e pelo site da Câmara municipal de Catas Altas (camaracatasaltas.mg.gov.br). Catas Altas, 17 de junho de 2024
Vander Geraldo de Oliveira - Presidente da Câmara



COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG
CNPJ: 22.261.473/0001-85 - NIRE: 3130000581-0

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig ("Companhia" e "Gasmig") a ser realizada de modo exclusivamente digital, em 21 de junho de 2024, às 10h00, por meio de plataforma Microsoft Teams, que possibilitará que os acionistas participem e votem na AGE, sem prejuízo do envio do boletim de voto a distância, a fim de deliberar-se sobre a seguinte ordem do dia: 1. Eleição do membro para o Conselho de Administração da Gasmig, em decorrência de preenchimento de vaga. Belo Horizonte, 17 de junho de 2024. Reynaldo Passanezi Filho. Presidente do Conselho de Administração.

IMÓVEIS EM CONTAGEM/MG

PRÉDIO DE DOIS PAVIMENTOS, BARRAÇÃO E GALPÃO, C/ 1.944M², Rua Beta, 95, Jardim Riacho das Pedras. INICIAL R\$ 1.574.640,00

IMÓVEL C/ ÁREA DE LAZER, ESPAÇO GOURMET, SAUNA, PISCINA, QUADRA, 400M², Avenida Riacho das Pedras, B. Jd. Riacho das Pedras. INICIAL R\$ 388.630,00

PARA POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO, CONSULTE-NOS!

leiloesjudiciaismg.com.br | 0800-707-9272

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS

PROCESSO Nº 047/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

OBJETO: Contratação de empresa para manutenção corretiva, preventiva e calibragem com certificado do IPEN/INMETRO, com substituição de peças e acessórios em equipamentos médicos, odontológicos, fitoterapêuticos e rede de frios, utilizados nas unidades de saúde do município de Desterro de Entre Rios/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. Através da Comissão de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que está instaurando o processo, através do presente instrumento, nos termos da Lei 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

REALIZAÇÃO: 02/07/2024 ÀS 09:00 HORAS
LOCAL: Link para acesso: <https://desterrodeentrieros.licitapp.com.br/>
INFORMAÇÕES: (031) 3736-1515 OU 31- 98359-7922
E-MAIL- compras@desterrodeentrieros.mg.gov.br
SITE: www.desterrodeentrieros.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS, MG
18 DE JUNHO DE 2024
Arthur Andrade Lima - Pregoeiro

LICENÇA AMBIENTAL

O empreendimento Indústria de Depenadores Prosperidade Ltda, nos termos do artigo 30 da Deliberação Normativa da COPAM 2017, torna público que solicitou pedido de renovação da Licença Ambiental Nº 0351/19 junto ao órgão ambiental responsável. O Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMAM / A Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Municipal nº 4253, de 04 de dezembro de 1985, regulamentada pelo Decreto nº 5893, de 16 de março de 1988, nos termos do Art. 344 da Lei Municipal nº 11.181/19, do Decreto Municipal nº 17.266/20 e das Deliberações Normativas nos 61/08 e 102/20 do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMAM concedeu no dia 22 de maio de 2024 a Licença de Operação Nº 0182/24 à INDÚSTRIA DE DEPENADORES PROSPERIDADE LTDA . inscrita no CNPJ sob o nº 08.150.543/0001-05, estabelecida à Rua Lecy Gomes Barbosa, nº 303, CDI Jatobá - regional Barreiro, conforme Processo Administrativo nº 31.00204159/2024-69, para o exercício da seguinte atividade: "Fabricação de artefatos de borracha, exceto pneumáticos, câmaras-de-ar e de material para recondição de pneumáticos" (C-02-04-6 - DN COPAM 217/17). A licença ambiental tem validade de 10 anos e possui duas condicionantes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE/MG AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico nº 011/2024

O Agente de Contratação Municipal de Congonhas do Norte, comunica aos interessados que a licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 011/2024, objetivando Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Segurança Desarmada, Brigadista e Serviço de Apoio para atender as necessidades do Município de Congonhas do Norte/MG está SUSPENSA em virtude de correções a serem realizadas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Congonhas do Norte, 17 de Junho de 2024.

YOUNG HOLDING LTDA.

CNPJ: 53.842.929/0001-24

NIRE: 31214851503

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE EM S.A

Ata de assembleia geral extraordinária, datada de 04/06/2024, tendo sido deliberado o seguinte: (1); transformação da natureza da sociedade de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade Anônima, nos termos do art. 220 da Lei 6.404/1976 e art. 1.113 do Código Civil (2) aprovação do Estatuto Social em razão da transformação ora operada e (3) nomeação dos Diretores.

Belo Horizonte/MG, 04 de junho de 2024.

Henrique Vicente Borges Correa (Presidente da Mesa),

Daniel Souza Barros (Secretário).

YOUNG RELATIONSHIP PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ: 53.715.612/0001-27

NIRE: 3121482203

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE EM S.A

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, datada de 04/06/2024, tendo sido deliberado o seguinte: (1); transformação da natureza da sociedade de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade Anônima, nos termos do art. 220 da Lei 6.404/1976 e art. 1.113 do Código Civil (2) aprovação do Estatuto Social em razão da transformação ora operada e (3) nomeação dos Diretores.

Belo Horizonte/MG, 04 de junho de 2024.

Henrique Vicente Borges Correa (Presidente da Mesa),

Daniel Souza Barros (Secretário).

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 90.011/2024: Aquisição de materiais hospitalares e odontológicos para atender a demanda da UFVJM (<https://www.comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/edital-153036-5-90011-2024>). Entrega das propostas a partir de 18/06/2024, às 8h; abertura das propostas: 01/07/2024, às 9h, ambos no site www.gov.br/compras. Informações: DLI - Tel: (38) 3532-1258 ou pregao@ufvjm.edu.br.

Alessandra Cristina Pacheco Santos
Diretora de Licitações e Contratos/UFVJM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTAIS/MG

O Município de Cristais/MG torna público o Proc. Licit: 121/2024 Concorrência Eletrônica nº 90003/2024. Objeto: Contratação de serviços para conclusão da Construção do Campo de Futebol Amador no Bairro Novo Horizonte (2ª etapa), para atender às necessidades do Município de Cristais/MG, critério de aceitabilidade: maior desconto global, com abertura das propostas no dia 02/07/2024 às 13h. através da plataforma do Compras Governamentais (Comprasnet). Matheus Henrique Rogana - Agente de Contratação (e-mail: licitacao@cristais.mg.gov.br; telefone (35)3835-2202). Data: 17 de junho de 2024.

SESAM DE CARMÓPOLIS/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

PRC Nº 052/2024 P.E Nº 016/2024.

OBJETO: SOFTWARE PAGAMENTO DOS FATURAMENTOS.

ABERTURA: 02/07/2024 às 09 horas.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: www.licitardigital.com.br

ESCLARECIMENTOS: (37)3333-1457 www.sesamcarmopolis.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA RETIFICAÇÃO

O SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - SINDIELETR/MG, e o SINDICATO DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS - SINTEC/MG retifica a data da assembleia publicada no Edital de Convocação do Jornal "O Tempo" do dia 13/06/2024, conforme abaixo discriminado "convocam, na forma estatutária, todos os trabalhadores, empregados das empresas COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS, CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A e CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A, associados e interessados, na base territorial representada pelos sindicatos, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária a se realizar nos dias, nas cidades, endereços e horários abaixo indicados. As sessões serão realizadas, em primeira convocação e, na falta de quórum mínimo estabelecido pelo Estatuto Social, trinta minutos depois, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores representados presentes, para discussão e deliberação sobre a seguinte ordem do dia: 1) Apreciação e deliberação sobre "Proposta para celebração de ACT 2023/2025 apresentada pela Superintendência Regional do Trabalho de Minas Gerais", constante da ata de reunião do dia 10/06/2024; 2) Autorização ao Sindicato para entabular negociações, firmar Acordo Coletivo de Trabalho e, se frustradas as negociações, adotar todas as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias e pertinentes para representação da categoria eletricitária da Cemig no processo de conciliação relativo ao plano de saúde PSI que tramita junto ao TST, assim como em qualquer outra esfera de Poder competente para solução do caso; 3) Esclarecimentos e encaminhamentos sobre o Dissídio Coletivo da Categoria; 4) Outros assuntos e deliberações decorrentes e de interesse da categoria." ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS - ENDEREÇOS: REGIONAL NORTE: ONDE SE LÊ: Dia 19/06/2024, às 16h - Avenida Manoel Ataíde, s/n - Bairro Santo Antônio - Janaúba/MG. PASSA-SE A LER: Dia 18/06/2024, às 16h - Avenida Manoel Ataíde, s/n - Bairro Santo Antônio - Janaúba/MG. Ficam mantidas e ratificadas as demais sessões.

Belo Horizonte (MG), 18 de junho de 2024.

Emerson Andrada Leite

Coordenador Geral - Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais - SINDIELETR/MG

Nilson da Silva Rocha

Presidente - Sindicato dos Técnicos Industriais de Minas Gerais - SINTEC-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2024

Processo Licitatório nº 120/2024, autuado em 26/04/2024, Pregão Eletrônico nº. 048/2024. Objeto: Aquisição de materiais para o laboratório entomológico (tipo C) do Município de Cláudio, executando o recurso da resolução SES MG 8440/2022, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste documento. A realizar-se no dia 09/07/2024 às 09h30min. Cópia do Edital à disposição dos interessados nos sites do PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, site da Licitar Digital, site da Prefeitura de Cláudio/MG e também na Av. Presidente Tancredo Neves, nº 152, Centro, nesta cidade, no horário das 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira.

Cláudio/MG, 17 de junho de 2024

Fernando do Nascimento Santos

Chefe de Departamento de Administração

SOLICITAÇÃO DE COMPARECIMENTO

A CONSERVADORA STILUS LTDA, vem convocar a funcionária VILMA BARBOSA a comparecer na sede da empresa, sito a Rua Macaé, 205 Bairro da Graça, no prazo de 05(cinco) dias, para justificar as faltas e o não comparecimento ao trabalho desde 25/01/2023 ate o exato momento, sob pena de ser aplicada a penalidade de abandono de emprego, ensejando a rescisão do contrato de trabalho por justa causa, conforme dispõe o artigo 482, letra "I" da CLT, assim como o enunciado do TST, 32.

SOLICITAÇÃO DE COMPARECIMENTO

A CONSERVADORA STILUS LTDA, vem convocar a funcionária CRISTIANA MARQUES DE ARAÚJO a comparecer na sede da empresa, sito a Rua Macaé, 205 - Bairro da Graça, no prazo de 05 (cinco) dias, para justificar as faltas e o não comparecimento ao trabalho desde 02/08/2023 até o exato momento, sob pena de ser aplicada a penalidade de abandono de emprego, ensejando a rescisão do contrato de trabalho por justa causa, conforme dispõe o artigo 482, letra "I" da CLT, assim como o enunciado do TST, 21.

ASSEMBLEIA GERAL ESTADUAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SEGURIDADE SOCIAL, SAÚDE, PREVIDÊNCIA, TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MINAS GERAIS - SINTSPREV/MG EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Através do presente Edital, o Conselho Diretivo Estadual, convoca os filiados e filiadas da categoria dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em Minas Gerais (SINTSPREV/MG) para participarem da Assembleia Geral Estadual, a se realizar no dia 26 de junho de 2024, quarta-feira no auditório do SINTSPREV/MG, com endereço à Av. Afonso Pena, 726 - 4º andar - centro. A Primeira Chamada ocorrerá às 10:00 horas e, não havendo quórum legal, ocorrerá a Segunda Chamada às 10:15 horas, com qualquer número de presentes, para que os trabalhadores e trabalhadoras sindicalizados(as) com direito a voto (artigo 26º, parágrafo único do Estatuto) discutam e deliberem sobre a seguinte pauta: 01) Informes Estadual; 02) Informes Nacional (Negociações Brasília/DF); 03) Conjuntura e Plano de Lutas; 04) Prestação de Contas - Segundo Semestre 2022 e Exercício 2023.

BELO HORIZONTE/MG, 17 DE JUNHO DE 2024

CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO

PRESIDENTE CONSELHO DIRETIVO ESTADUAL DO SINTSPREV/MG